



Revista de PROCESSO

Ano 32 • n. 147 • maio / 2007

Coordenadora

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

Publicação oficial do

Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA sob n. 11 (Portaria 8/90); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, da 1.ª Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II de 17.06.1992, p. 17.850), da 4.ª Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38.103); da 5.ª Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1.123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997); e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. (Extrato de Convênio 09/2005)


EDITORA **RT**
REVISTA DOS TRIBUNAIS

Sumário

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Concurso e cumulação de ações
Leonardo Greco 11
2. Litisconsórcios alternativo e subsidiário no processo civil brasileiro
Ronnie Preuss Duarte 27
3. O art. 461 do CPC e a ruptura do paradigma conhecimento-execução
Guilherme Puchalski Teixeira 50
4. O princípio da congruência e o acesso à ordem jurídica justa: reflexões sobre o tema na legalidade constitucional
Marcos Jorge Catalan 73

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. La relevância social de la casación: la importancia del *ius litigatoris*
Jordi Nieva Fenoll 97

III. DIREITO COMPARADO

1. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas
Antonio do Passo Cabral 123

IV. ATUALIDADES NACIONAIS

1. Em tempo de reformas – o reexame de decisões judiciais
José Maria Rosa Tesheiner 147
2. Tópicos sobre a última reforma processual (dezembro de 2006) – parte I
Fredie Didier Jr. 164
3. Ensaio sobre o inciso LXXVIII do art. 5.º da CF/88
Fábio Martins de Andrade 175
4. Há justiça no século XXI sem operadores do século XXI?
Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior 199
5. Inventário, separação e divórcio pela via administrativa
Daniel Roberto Hertel 220

V. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. Ação rescisória por violação a literal disposição de lei: a visão jurisprudencial e doutrinária da Súmula 343 do STF
Livia Cipriano Dal Piaz..... 233
2. A inadmissibilidade dos embargos de declaração e embargos infringentes e a interrupção do prazo para interposição de outros recursos
Maria Lúcia L. C. de Medeiros..... 244

VI. JURISPRUDÊNCIA

Íntegra

1. Supremo Tribunal Federal

Ação direta de inconstitucionalidade – Controle abstrato – Legitimidade *ad causam* – Demanda interposta por entidade, cujo interesse no deslinde da questão é meramente econômico-financeiro – Inadmissibilidade – Ausência do requisito da pertinência temática – MC em ADIn 1.157-0-DF – Sessão Plenária – STF – maioria – rel. Min. *Celso de Mello*..... 255

2. Superior Tribunal de Justiça

Execução – Honorários de advogado – Contrato – Título executivo – Ausência de assinatura de duas testemunhas – Dispensabilidade – Inteligência dos arts. 585, II e VII, do CPC e 24 da Lei 8.906/94 – REsp 400.687-AC – 4.ª T. – STJ – v.u. – rel. Min. *Aldir Passarinho Junior*..... 259

3. Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

Mandado de segurança coletivo – Liminar – Sindicato – Impetração em favor de alguns filiados – Circunstância que não impede a extensão da medida aos demais membros da categoria – AgIn 2005.01.00.067461-4-DF – 1.ª T. – TRF-1.ª Reg. – v.u. – rel. Des. Federal *José Amilcar Machado*..... 263

4. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região

Ação civil pública – Demanda interposta em razão de má conservação de rodovia – Intervenção do Poder Judiciário na Administração Pública – Admissibilidade quando a exposição ou a fragilização da saúde e da segurança dos usuários de determinada rodovia é inequivocamente manifesta e atinge níveis intoleráveis – ApCiv 2001.71.07.003959-5-RS – 4.ª T. – TRF-4.ª Reg. – maioria – rel. Des. Federal *Edgard Antônio Lippmann Júnior*..... 265

5. Tribunal Regional Federal da 5.^a Região

- Execução de sentença – Extinção do feito em razão do cumprimento da obrigação – Admissibilidade – Decurso de mais de trinta dias do depósito do valor atualizado devido pelo executado em conta do exequente – Irrelevância da existência de novas intimações, mormente se o favorecido, ao comparecer nos autos para apelar da decisão extintiva, não demonstra a existência de complementação de crédito ou qualquer outro motivo que justificasse a impossibilidade de encerramento do processo – Inteligência dos arts. 794, I, e 795 do CPC – ApCív 2000.81.00.010447-0-CE – 4.^a T. – TRF-5.^a Reg. – v.u. – rel. Des. Federal *Marcelo Navarro*..... 271

6. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

- Magistrado – Suspeição – Inocorrência – Pedido formulado após a publicação da decisão proferida pelo alegado excepto – Inadmissibilidade – Juiz que teria denegado pedidos anteriores, cujas partes seriam aliadas políticas do excipiente – Circunstância que, por si só, não torna o julgador suspeito, mormente se não há provas concretas de sua parcialidade – Improcedência do pedido que se impõe; Improbidade administrativa – Prefeito Municipal – Afastamento temporário do Chefe do Poder Executivo Municipal do cargo – Admissibilidade, se existem fortes indícios de que o edil praticou malversação de dinheiro público – Suficiência, para a concessão da medida, de que o interesse público esteja sendo colocado em risco e de que a manutenção do possível agente público no cargo possa embarçar a instrução processual – Inteligência do art. 20, par. ún., da Lei 8.429/92 – AgIn com Pedido de Efeito Suspensivo 2006.0019.5721-0/0 – 2.^a Câm. Cív. – TJCE – v.u. – rel. Des. *Francisco de Assis Filgueira Mendes*..... 273

7. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso

- Embargos à execução – Oposição antes da vigência da Lei 11.232/2005 – Aplicação do rito anterior – Prática de atos que deve seguir a norma vigente no seu tempo – Observância do princípio *tempus regit actum* – AgIn 86035/2006 – 5.^a Câm. Cív. – TJMT – v.u. – rel. Dr. *Carlos Alberto Alves da Rocha*..... 283

8. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Liquidação de sentença – Descumprimento da decisão – Multa – Aplicação da norma do art. 475-J do CPC – Ato judicial recorrível, porquanto causa gravame ao devedor; Sentença – Decisão condenatória – Trânsito em julgado antes da vigência da Lei 11.232/2005 – Incidência de multa, nos termos do art. 475-J do CPC – Inaplicabilidade – Prazo quinzenal para pagamento da obrigação que transcorreu antes da alteração promovida no Código de Ritos – Devedor e seus procuradores, ademais, não intimados para o pagamento do débito – AgIn 374059-6 – 15. ^a Câ. Cív. – TJPR – v.u. – rel. Des. Jucimar Novochadlo.	287
Embargos à execução – Título judicial – Suspensão do processo – Admissibilidade – Inaplicabilidade da Lei 11.232/2005, se a ação foi ajuizada antes da sua vigência – Aplicação do art. 739, § 1.º, do CPC – AgIn 374478-1 – 10. ^a Câ. Cív. – TJPR – v.u. – rel. Des. Vitor Roberto Silva.....	292

VII. ESTUDO DE CASO

1. Procedimento de verificação de situação de risco e aplicação de medida de proteção. Estudo do caso Edygleison <i>Eduardo Cambi</i>	295
--	-----

VIII. PARECERES

1. Princípios processuais fora do processo <i>Ada Pellegrini Grinover</i>	307
--	-----

IX. TRABALHOS FORENSES

1. Medida cautelar para emprestar efeito suspensivo ao recurso especial. Inocorrência do juízo de admissibilidade do Recurso Especial. Busca e apreensão. Matéria de defesa <i>Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni</i>	331
--	-----

X. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. Breve estudo histórico: dos <i>interdicta</i> à ação monitória no direito processual civil brasileiro <i>Ricardo Algarve Gregorio</i>	341
2. Aspectos destacados da tutela cautelar: mandamentalidade da decisão e fungibilidade com a tutela antecipatória <i>Márcio Schiefler-Fontes</i>	354

XI. RESENHAS

1. ABREU, Pedro Manoel e OLIVEIRA, Pedro Miranda de. <i>Direito e processo</i> – estudos em homenagem ao Desembargador Norberto Ungaretti – resenha por Luiz Rodrigues Wambier.....	371
2. MILMAN, Fábio. <i>Improbidade processual</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2007 – resenha por Teresa Arruda Alvim Wambier.....	374
3. MORATO, Leonardo Lins. <i>Reclamação e sua aplicação para o respeito da súmula vinculante</i> – resenha por Teresa Arruda Alvim Wambier.....	376
4. SANTOS, Ernane Fidélis dos. <i>As reformas de 2006 do CPC – execução dos títulos extrajudiciais</i> . São Paulo: Saraiva – resenha por Teresa Arruda Alvim Wambier.....	378
5. ZANETI JUNIOR, Hermes. <i>Processo coletivo</i> . Salvador: JusPODI-VM, 2006. 130p. – resenha por Marta Maria Gomes Silva.....	379
XII. RESUMOS	381
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	385
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	391

Revista de PROCESSO

Ano 32 • n. 148 • jun. / 2007



I. DOUTRINA NACIONAL

1. Anotações procedimentais e materiais sobre a “execução” de tutela antecipada para o pagamento de soma em dinheiro
Lúcio Delfino..... 11
2. A prescrição na Lei 11.280/2006
Mirna Cianci..... 32
3. A ação prevista na lei de improbidade administrativa: competência, legitimidade, interesse de agir e outros aspectos polêmicos
Arthur Mendes Lobo..... 46
4. Efetividade da tutela jurisdicional e irreversibilidade do dano ambiental
Nadja Machado Botelho..... 76

II. DIREITO COMPARADO

1. Tempo e decisão na sociedade de risco: um estudo de direito comparado
Francisco Carlos Duarte..... 99

III. ATUALIDADES NACIONAIS

1. O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento?
Jorge de Oliveira Vargas..... 111
2. Recurso especial fundado em divergência jurisprudencial
Gilberto Gomes Bruschi..... 119
3. A multa do art. 475-J e o devedor sem patrimônio ou sem dinheiro disponível
Paulo Afonso de Souza Sant’Anna..... 134
4. Tópicos sobre a última reforma processual (execução por quantia certa) – parte 2
Fredie Didier Jr...... 145
5. Sentenças parciais? Considerações a partir da reforma do art. 161, § 1.º, do CPC
Eduardo Kochenborger Scarparo..... 153

IV. ATUALIDADES INTERNACIONAIS

1. O regime processual experimental português
Junior Alexandre Moreira Pinto 169

V. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. Tempestividade dos recursos
Luciano Vianna Araújo 181
2. A irrecorribilidade da decisão do parágrafo único do art. 527 e a jurisprudência correlata do STF
Guilherme Peres de Oliveira 187

VI. JURISPRUDÊNCIA

1. Seleccionada e Anotada
 Aplicabilidade da Súmula 343
Maria Lúcia Lins e Conceição de Medeiros 195

Íntegra

1. Supremo Tribunal Federal (Decisão monocrática)
 Recurso administrativo e depósito prévio (transcrições)
 – AC 1566-MC-MG – rel. Min. *Celso de Mello* 199
2. Superior Tribunal de Justiça
 Recurso especial – Retenção – Destrancamento – Pleito que não se sujeita a prazo, porque se ampara exclusivamente na demonstração de urgência pela parte interessada – Incidente processual que dispensa citação e condenação em honorários – AgRg na Pet 4.518-RJ – 3ª T. – STJ – v.u. – rel. Min. *Humberto Gomes de Barros* 202
3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região
 Ação coletiva – Despesas processuais – Isenção – Aplicabilidade somente quanto a demanda tiver por objeto relação de consumo – Inteligência do art. 87 da Lei 8.078/90 – ApCív 1997.35.00.010357-9-GO – 1ª T. – TRF-1ª Reg. – v.u. – rel. conv. Juíza Federal *Simone dos Santos Lemos Fernandes* 206
4. Tribunal Regional Federal da 4ª Região
 Crédito tributário – Prescrição – Suspensão do prazo prescricional determinada pelo art. 5.º, parágrafo único, do Dec.-lei 1.569/77 – Inadmissibilidade – Matéria regulada pelo art. 174 do CTN – Arguição de Inconstitucionalidade na ApCív 2002.71.11.002402-4-RS – Corte Especial – TRF-4ª Reg. – v.u. – rel. Des. Federal *Antônio Albino Ramos de Oliveira* 208
5. Tribunal Regional Federal da 5ª Região
 Obrigação de fazer – Astreinte – Embargos à execução – Pedido de redução do valor fixado a título de multa diária – Admissibilidade – Juiz que tem o dever de compatibilizar o quantum sancionatório a fim de ser atingido seu objetivo coercitivo, sem ocasionar, no

- entanto, enriquecimento sem causa – Observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade – AgIn 2006.05.00.000174-4-CE – 1ª T. – TRF-5ª Reg. – v.u. – rel. Des. Federal *José Maria Lucena*..... 212
6. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
- Prova – Juiz que determina a exibição de elementos probatórios que não foram juntados com a petição inicial – Admissibilidade – Observância ao princípio da verdade real; Prova – Perícia – Exame de insanidade mental – Servidor público – Jubilamento *ex officio* – Laudo pericial, que servia de fundamentação para o afastamento do servidor, invalidado por decisão judicial – Apresentação de novo laudo, atestando a mesma incapacidade, determinando o jubilamento do funcionário público – Inadmissibilidade – Violação à coisa julgada – ApCív 2002.0009.7753-2/0 – 2ª Câm. Cív. – TJCE – v.u. – rel. Des. *José Cláudio Nogueira Carneiro*..... 214
7. Tribunal de Justiça de Minas Gerais
- Mandado de segurança – Decadência – Simples declaração prejudicial – Circunstância que não impede o julgamento do mérito do *writ* – ApCív e Reexame Necessário 1.0024.05.699448-6/001 – 6ª Câm. Cív. – TJMG – v.u. – rel. Des. *Ernane Fidélis*..... 221
8. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
- Sentença – Cumprimento – Multa – Pagamento da condenação não efetuado dentro do prazo legal – Aplicação da sanção condicionada à prévia intimação da parte vencida para adimplemento da dívida – Inteligência do art. 475-J do CPC – AgIn 379408-9 – 18ª Câm. Cív. – TJPR – v.u. – rel. Juiz conv. *Rui Portugal Bacellar Filho*..... 223
9. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
- Processo – Extinção sem julgamento do mérito – Ilegitimidade passiva *ad causam* reconhecida – Decisão sujeita a recurso de apelação, ainda que o feito prosiga em relação ao outro demandado – Inteligência do art. 162 do CPC, com a redação dada pela Lei 11.232/2005; Honorários de advogado – Processo – Extinção sem julgamento de mérito – Aplicação do art. 20, § 4.º, do CPC – ApCív 70018346528 – 8ª Câm. Cív. – TJRS – v.u. – rel. Des. *Claudir Fidélis Faccenda*..... 225
10. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
- Apelação – Liquidação de sentença – Decisão penal condenatória transitada em julgado – Pretendida execução provisória do julgado, nos termos do

art. 520, III, do CPC – Admissibilidade, se o <i>decisum</i> foi proferido antes da vigência da Lei 11.235/2005 – Observância, no entanto, das cautelas previstas no art. 475-O do CPC, caso a decisão seja reformada pelo Tribunal, a fim de evitar dano grave ao executado – AgIn 476.423-4/2-00 – 4ª Câm. de Direito Privado – TJSP – v.u. – rel. Des. <i>Teixeira Leite</i>	227
Indenização – Sentença – Decisão condenatória – Pagamento total da verba por um dos réus da ação – Pretendido ressarcimento, pelo outro réu, de metade do valor pago a título de reparação nos próprios autos da demanda – Admissibilidade – Desnecessidade de promoção de ação autônoma; Sentença – Impugnação ao cumprimento da decisão – Pretendida produção de provas – Desnecessidade – Responsabilidade estabelecida por decisão judicial transitada em julgado – Inexistência de afronta ao contraditório; Honorários de advogado – Sentença – Impugnação ao cumprimento da decisão – Imposição de condenação à verba honorária ao impugnante vencido – Admissibilidade – Redução do arbitramento, no entanto, que se impõe, se o valor foi fixado de forma excessiva – AgIn 1088649-0/2 – 28ª Câm. da Seção de Direito Privado – TJSP – v.u. – rel. Des. <i>Neves Amorim</i>	229
VII. CONFERÊNCIAS	
1. O novo regime da alienação de bens do executado <i>Alexandre Freitas Câmara</i>	233
VIII. PARECERES	
1. Ação rescisória visando à desconstituição de decisão condenatória ao pagamento de verba honorária. Necessidade de citação do advogado que atuou no processo anterior. Mandado de segurança. Admissibilidade <i>Ada Pellegrini Grinover</i>	241
IX. TRABALHOS FORENSES	
1. Agravo de instrumento. Preclusão. Nova avaliação. Princípio da irrepetibilidade. Diferença entre nova avaliação e atualização do valor <i>Fabiano Carvalho e Rodrigo Otávio Barioni</i>	269
2. Embargos de declaração. Interpretação do art. 89, II, do CPC. Homologação de partilha de bens situados nos Estados Unidos por autoridade brasileira <i>Antonio de Pádua Soubhie Nogueira</i>	279

X. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. O contraditório, as partes e o juiz
Gracimeri Vieira Soeiro de Castro Gaviorno 283
2. Primeiras reflexões sobre uma teoria do fato jurídico processual:
plano de existência
Paula Sarno Braga..... 293
3. Fungibilidade das tutelas de urgência (antecipatória e cautelar) no
processo civil brasileiro
Sebastian Watenberg Ruanoba 321

XI. RESENHAS

1. BARIONI, Rodrigo. *Efeito devolutivo da apelação civil*. São Paulo:
Revista dos Tribunais, 2007 – resenha por
Leonardo José Carneiro da Cunha, Fabiano Carvalho e Sérgio Rizzi 353
2. FAYT, Carlos S. *La Corte Suprema y la Evolución de su Jurisprudência*
– Leading Cases y Holdings Casos Transcendentes. Buenos Aires:
La Ley, 2004 – resenha por
Luiz Manoel Gomes Jr...... 357
3. MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel. *Repercussão*
geral no recurso extraordinário. São Paulo: Revista dos Tribunais,
2007 – resenha por
Luiz Manoel Gomes Jr...... 359
4. SILVA JR., Gervásio Lopes da. *Julgamento direto do mérito na instância*
recursal (art. 515, § 3.º, CPC) Salvador: JusPodivm, 2007. 174p
– resenha por
Teresa Arruda Alvim Wambier 362
5. WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; ME-
DINA, José Miguel Garcia. *Breves comentários à nova sistemática*
processual civil. v. 3: Leis 11.382/2006, 11.417/2006, 11.418/2006,
11.341/2006, 11.419/2006, 11.441/2007 e 11.448/2007. São Paulo:
Revista dos Tribunais, 2007 – resenha por
Augusto Martinez Perez..... 363

XII. RESUMOS..... 367

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 371

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 380